

# **POR UMA LEI DA ÁGUA JUSTA PARA TODOS, POR UM DEBATE PÚBLICO AMPLO E EFECTIVO**

## **Declaração conjunta**

1. A Assembleia da República prepara-se para aprovar no próximo dia 29 de Setembro uma Lei-quadro da Água que não respeita os princípios expressos na Directiva-Quadro da Água para a salvaguarda deste bem universal e essencial à vida humana e aos ecossistemas.
2. Estamos perante um processo legislativo que decorreu à margem de uma efectiva e ampla discussão pública, a que o interesse supremo desta matéria aconselharia, no qual a Assembleia da República se quedou pela solicitação de pareceres a um conjunto muito restrito de organizações e à realização de uma Audição Parlamentar.
3. Ainda assim, tanto quanto se conhece, a grande maioria dos pareceres apresentados são genericamente negativos quanto à proposta do Governo.
4. Do mesmo modo, a generalidade dos participantes na Audição Parlamentar realizada no passado dia 14 de Setembro apresentou inúmeras críticas, tendo ficado claro no debate que é urgente o prolongamento da discussão em torno desta matéria, de forma a que os mais diversificados sectores de actividade da sociedade portuguesa vejam acautelados os seus interesses na futura Lei da Água, tais como a agricultura, o turismo, o ambiente, os utilizadores institucionais e os utentes, entre outros.
5. Do ainda assim exíguo debate até agora travado, fica claro que a proposta do Governo é alvo das mais diversas críticas e suscita demasiadas dúvidas, inclusive no que respeita à transposição da Directiva-Quadro da Água (DQA), designadamente no que concerne à salvaguarda dos recursos hídricos, do ponto de vista qualitativo e quantitativo.
6. De referir, ainda, que a própria redacção do articulado permite interpretações ambíguas ou enviesadas em relação à DQA, remetendo a regulamentação de um conjunto substancial de matérias para uma fase posterior e sem avançar quaisquer indicações sobre a realização de consulta pública ou outras formas de participação pública nesse processo.
7. Assim, as entidades subscritoras condenam veementemente a forma como o actual processo legislativo tem vindo a ser desenvolvido, no qual a Assembleia da República insiste na aprovação de uma Lei da Água à revelia de todas as críticas apresentadas e ignorando inclusive os pareceres negativos emitidos, exigindo a sua imediata suspensão e a promoção de um amplo e efectivo debate

em torno de uma Lei da Água que salvaguarde o interesse público e os direitos dos cidadãos, proteja os ecossistemas aquáticos e o ambiente em geral, tenha em conta a sua função social e económica e crie condições efectivas para o cumprimento da Directiva Quadro da Água.

8. As entidades subscritoras apelam ainda às diversas entidades e organizações nacionais, bem como a toda a sociedade, para que se manifestem contra este processo legislativo e declaram disponibilidade para, em tempo útil, participarem com os necessários e efectivos contributos para a defesa dos recursos hídricos e construção de uma Lei da Água justa para todos.

Lisboa, 28 de Setembro de 2005

### **As organizações subscritoras:**

- Associação Água Pública
- LPN - Liga para a Protecção da Natureza
- MUSP - Movimento dos Utentes de Serviços Públicos
- CNA – Confederação Nacional da Agricultura
- QUERCUS
- STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local
- CGTP – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
- FNSFP – Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública
- FENPROF – Federação Nacional dos Professores
- ARP – Aliança para a Defesa do Mundo Rural Português